

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.802 - SP (2019/0329017-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **TG SAO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A**
OUTRO NOME : **BROOKFIELD SÃO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A**
ADVOGADOS : **DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - SP214918**
 : **MILENA ALVES - SP329826**
RECORRIDO : **MARIA APARECIDA GALHARDO LOURO**
RECORRIDO : **FABIO HENRIQUE DE LIMA PEREIRA**
ADVOGADO : **MICHELE F S CASASSA - SP215807**

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por TG SAO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A., com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Apelação Cível - Ação de rescisão de contrato de compra e venda - Atraso na entrega do imóvel - Rescisão contratual por culpa exclusiva da vendedora - Aplicação do Código de Defesa do Consumidor - Atraso na entrega da obra é incontroverso, sem justa causa - Inadimplemento exclusivo da vendedora - Rescisão do contrato com retorno das partes ao “status quo ante” com devolução em uma só vez (Súmula nº 2 do TJSP) dos valores integrais pagos pelo comprador, sem direito a retenção Condenação em lucros cessantes devida - Sentença mantida - Apelo improvido.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente a existência de dissídio jurisprudencial.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 407.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 412/414).

É o relatório. DECIDO.

2. Por petição de fls. 381/384, juntada ainda na origem, as partes informam que houve transação entre elas e postulam a homologação do acordo.

3. Portanto, resta prejudicado o recurso, nos termos do artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

4. Após, baixem os autos à instância de origem, para análise do pedido de homologação do acordo extrajudicial.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator